

Educação e saúde param por um dia

Sindicatos mantêm paralisação e promovem manifestações na Esplanada, apesar do acordo que garante salário de setembro

Beth Almeida

Da equipe do Correio

A questão salarial dos servidores públicos do DF pagos pela União já foi resolvida. Com o acordo assinado na última sexta-feira entre o GDF e o governo federal, ficou garantido o pagamento dos 52,2 mil funcionários das áreas de segurança, saúde e educação. Esses trabalhadores estavam ameaçados de não receber cerca de 27% de seus salários no próximo dia 7.

Mesmo assim, os sindicatos das categorias envolvidas mantiveram o ato público marcado para hoje na

Esplanada dos Ministérios. Depois da concentração no Gran Circo Lar, os trabalhadores vão percorrer a Esplanada e promover manifestações em frente ao Ministério da Fazenda e ao Palácio do Planalto. A decisão de paralisar as atividades hoje, tomada em assembleias dos trabalhadores da saúde e da educação, também continua de pé. Além de não haver aula na rede pública, a rede hospitalar funcionará apenas para casos de emergência.

"O acordo foi uma tentativa de esvaziar nossa mobilização", protestou o presidente regional do Partido dos Trabalhadores, José Zunga,

ao reconhecer que o ato não terá a mesma força depois do anúncio do acordo. Para ele, o governo federal quis afastar a possibilidade de uma discussão sobre repasse de verbas para estados e municípios na semana em que o Brasil inteiro, exceto o Distrito Federal, estará escolhendo novos prefeitos e vereadores. "Essa é uma questão nacional", disse Zunga.

Ele disse, ainda, que o movimento sindical quer engrossar a atuação da bancada federal do DF, que renunciará às emendas individuais em favor das coletivas, durante a discussão do Orçamento Geral da União, a ser iniciada após as eleições.

"Nossas dificuldades em 1996 se deveram ao fato de não termos batido durante a votação do Orçamento, no ano passado", lamentou. Ele adiantou que, passadas as elei-

ções, a CUT fará manifestações idênticas em todos os estados, com o mesmo objetivo: aumentar a participação de estados e municípios na distribuição dos recursos públicos. "Estamos discutindo isso desde julho."

QUALIDADE

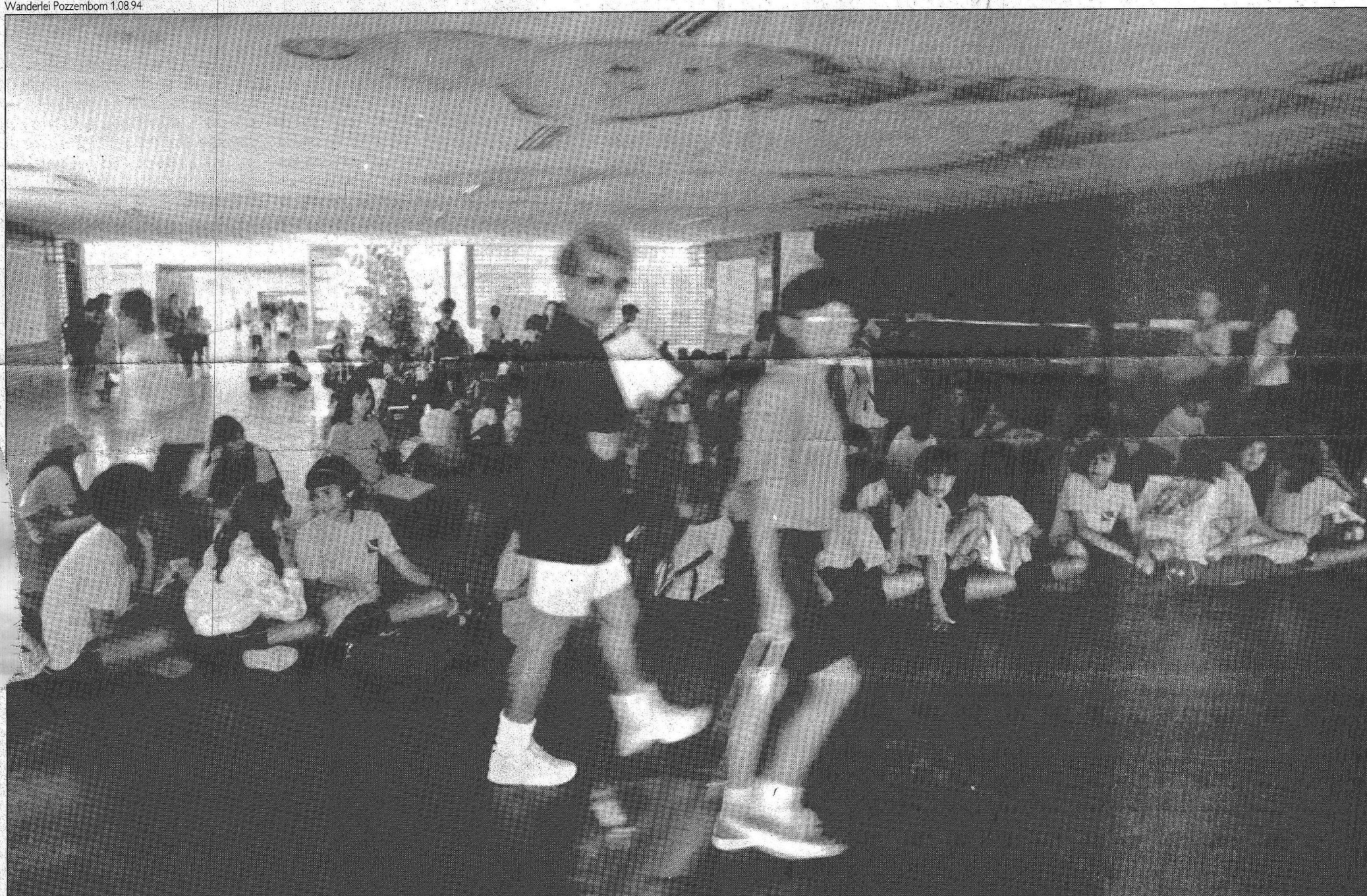
Já o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde (Sindireta), Elias Lopes, deu outra explicação para a confirmação do ato público, apesar da reivindicação ter sido atendida: "Nosso movimento também luta para oferecer um serviço de maior qualidade à população. Se cancelássemos o movimento, iam dizer que só estamos pensando em nossos salários", explicou.

Zunga tece críticas ao protocolo de intenções pactuado entre o GDF e o governo federal. A principal diz respeito ao compromisso assumido por Cristovam de fazer um enxuga-

mento na máquina pública e aumentar a arrecadação.

Também gerou insatisfação entre os sindicalistas o dispositivo que prevê a impossibilidade de o GDF reivindicar suplementações orçamentárias daqui por diante. No item 2.4, o acordo deixa claro que mais recursos só poderão ser liberados por meio de leis orçamentárias. "O GDF estará engessado para atender qualquer outra reivindicação dos trabalhadores", criticou o presidente da CUT.

Outra insatisfação dos trabalhadores refere-se aos recursos assegurados no acordo, segundo eles, apenas o mínimo necessário ao pagamento de seus salários. Não se levou em conta a reposição de perdas salariais ou a possibilidade da volta da concessão dos tíquetes-alimentação, suspensa no final do ano passado.



Enquanto o governo estimula a reformulação e a modernização dos currículos, os alunos da rede oficial ficarão hoje mais um dia sem aula. Os profissionais de saúde também prometem aderir à greve